



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1759 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

APONTAMENTOS SOBRE O SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO COLOMBIANO.

Luis Roberto Beserra de Paiva - UNINOVE / PPGE - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

Carlos Bauer Souza - UNINOVE / PPGE - CENTRO UNIVERSITÁRIO NOVE DE JULHO

Este texto resulta da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado defendida em 2016 na Universidade Nove de Julho. Estivemos em janeiro de 2015 na Colômbia e entrevistamos vários professores universitários que atuam na Associação Sindical dos Docentes Universitários (ASPU). Como toda história do movimento sindical colombiano, sua trajetória é marcada pela violência infringida pelos governos de plantão, organizações paramilitares e narcotraficantes. A violência, que em diversas ocasiões significou a eliminação física de militantes, constituiu-se como recurso central para implementação das reformas neoliberais da década de 1990. Segundo a Central Unitária dos Trabalhadores (CUT), o sindicalismo colombiano equivale a 0,0002% do sindicalismo mundial, porém entre 1986 e 2013 respondeu por 60% dos casos de sindicalistas assassinados por motivações políticas. A cada três dias um sindicalista foi assassinado neste período, enquanto que o número de trabalhadores sindicalizados baixou de 14% para 3,9%. Assim a descrição do surgimento e dos traços organizativos e trajetória de lutas da ASPU está fortemente marcado por um relato de ameaças e perseguições que resultou na precarização das condições de trabalho e de ensino. Nosso objetivo é apontar alguns elementos deste quadro.

APONTAMENTOS SOBRE O SINDICALISMO

DOCENTE UNIVERSITÁRIO COLOMBIANO.

RESUMO

Este texto resulta da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado defendida em 2016 na Universidade Nove de Julho. Estivemos em janeiro de 2015 na Colômbia e entrevistamos vários professores universitários que atuam na Associação Sindical dos Docentes Universitários (ASPU). Como toda história do movimento sindical colombiano, sua trajetória é marcada pela violência infringida pelos governos de plantão, organizações paramilitares e narcotraficantes. A violência, que em diversas ocasiões significou a eliminação física de militantes, constituiu-se como recurso central para implementação das reformas neoliberais da década de 1990. Segundo a Central Unitária dos Trabalhadores (CUT), o sindicalismo colombiano equivale a 0,0002% do sindicalismo mundial, porém entre 1986 e 2013 respondeu por 60% dos casos de sindicalistas assassinados por motivações políticas. A cada três dias um sindicalista foi assassinado neste período, enquanto que o número de trabalhadores sindicalizados baixou de 14% para 3,9%. Assim a descrição do surgimento e dos traços organizativos e trajetória de lutas da ASPU está fortemente marcado por um relato de ameaças e perseguições que resultou na precarização das condições de trabalho e de ensino. Nosso objetivo é apontar alguns elementos deste quadro.

Palavras-chave: sindicalismo docente universitário; sindicalismo colombiano; reforma universitária na Colômbia.

## **Panorama histórico**

A Colômbia é um país fortemente marcado por uma história de violência política que se estende desde o período pós-independência. Segundo o professor Gonzalo Arango Jimenez, presidente da Federação Nacional de Professores Universitários da Colômbia (FENALPROU) e da seção da ASPU na Universidade Tecnológica de Pereira (UTP), não se pode esquecer que ocorreram na Colômbia trinta e duas guerras civis.

Destas podemos destacar a “Guerra dos Mil dias” (1889-1902) com setenta mil mortos e “La Violencia” que se seguiu ao assassinato do líder nacionalista Eliécer Gaitán, em 1948. Segundo LaRosa e Mejía (2013, p.114) este último evento resultou em quase duzentos e cinquenta mil mortos até 1960.

O período que se seguiu foi marcado pela organização militar dos camponeses expulsos de suas terras pelas oligarquias agrárias e pelo impacto da Revolução Cubana e resultaria na constituição do Exército de Libertação Nacional (ELN) em 1962 e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 1964. Estas de origem inicial liberal e posteriormente influenciada pelo Partido Comunista Colombiano (PCC).

Na década de 1980 foi estabelecido o acordo de La Uribe (1984) entre o governo de Belisario Betancur (1982-1986) e alguns setores da luta armada, incluindo o comando militar das FARC, que levaram à formação da União Patriótica (UP) e desmobilização do M-19 (Movimento 19 de abril).

Estima-se que cerca de 5.000 militantes da UP foram assassinados pelos grupos paramilitares, forças de segurança e pelo narcotráfico (CASTRO, 2006 pp.101 e 112). O período entre 1991 e 1997 foi o auge da vitimização de sindicalistas e não é coincidência que grande parte das reformas neoliberais (como a privatização do sistema de saúde pública, a reforma do sistema de leis trabalhistas com a Lei 50 e a nova lei do ensino superior conhecida como Lei 30) neste momento. A eliminação física de militantes é um traço central da reforma do Estado colombiano.

Com a chegada à presidência de Álvaro Uribe a Colômbia aproximou-se ainda mais dos EUA e buscou-se impor uma solução militar ao conflito com a guerrilha. Uribe engajou-se na luta “contra o terrorismo” e a Colômbia passou a ser um dos países prioritários em ajuda financeira e militar estadunidense, juntamente com Israel e Egito (LAROSA; MEJÍA, 2013, p.121).

O ex-ministro da defesa de Uribe, Juan Manuel Santos, depois de eleito presidente rompeu com seu padrinho e deu início a conversações de paz com os grupos insurgentes. O processo de paz foi derrotado no plebiscito de 2016, com forte oposição de Uribe, mas as negociações tiveram prosseguimento até a definitiva desmobilização das FARC em 2017.

Em 2018 ocorre a primeira campanha eleitoral pós-desarmamento das FARC, mas trinta e seis ex-guerrilheiros e treze parentes destes já foram mortos (COLOMBO, 2018) até abril deste ano o que demonstra que a eliminação física de militantes de esquerda não foi abandonada.

## **O sindicalismo docente universitário**

O sindicalismo docente universitário é composto de uma federação, a FENALPROU, que abriga a ASPU e várias associações, como a Associação dos Professores da Universidade de Antioquia (Asoprudea) e alguns sindicatos locais. Várias forças políticas atuam nestas organizações tais como o PCC, o Movimento Operário Independente Revolucionário (MOIR), de orientação maoísta, trotskistas e outros agrupamentos políticos e militantes independentes ou do Polo Democrático, que convivem com suas diferenças políticas, metodológicas e sindicais.

A ASPU é a organização sindical docente universitária mais antiga datando de 1966, mas não há muitos registros ou memória de sua história e inclusive em seu site não há nenhuma informação. Segundo o professor Juan de la Cruz

A ASPU tem uns 45 anos. É da década de 1970. Antes o que havia eram associações de professores universitários, mas não sindicatos. Eram associações civis, que inclusive tinham de ter registro na câmara de comércio. Eram regidas pela lei de comércio e não de trabalho. Esses professores decidem formar uma associação sindical, mas na década de 1980 o governo deixa de firmar estes contratos coletivos. (entrevista concedida).

As entidades sindicais docentes surgiram não só como efeito da expansão das redes de ensino e lutas de profissionalização da atividade, mas foram influenciadas pelo ascenso do movimento estudantil em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 e assim compartilharam formas de organização mais horizontais que o restante do movimento sindical. Conforme relato do professor Juan houve um forte movimento estudantil em 1971 que influenciou no surgimento de ativistas (ele próprio) que posteriormente iniciaram carreiras docentes universitárias.

A docência foi a categoria mais vitimada pela perseguição e extermínio paramilitar. Valencia e Ospina (2012, p.31) afirmam que dos 2.870 sindicalistas assassinados entre 1977 e 2011, oitocentos e oitenta e nove (889) eram militantes de base da Federação Colombiana de Trabalhadores da Educação (FECODE) o que corresponde a 31% do total. Vários docentes universitários também foram executados, inclusive no interior de sua instituição. Na Colômbia o dia 25 de agosto é conhecido como o dia do “Professor caído”.

A ASPU teve uma participação importante juntamente com a (FECODE) durante o processo da Constituição de 1991, assim como a mobilização em torno à discussão da nova lei de educação superior (Lei 30) em 1992/1993. Seu movimento de maior envergadura ocorreu em 1993, quando os professores universitários exigiam a equiparação dos salários com os juizes e conquistaram 40% de reajuste com uma longa greve em nível nacional.

De acordo com o professor Pedro Hernandez Castillo, presidente da ASPU, esta constitui-se entre a quinta e sexta categoria com maior número de sindicalizados na Colômbia.

Há nas diferentes seções boletins (como o *La palabra* na UTP) e relações de emails dos sócios como forma de contato, além de assembleias por faculdades e gerais. Há situações como na UdeA, onde a associação mantém uma publicação acadêmica (Lectiva) que difunde trabalhos investigativos acadêmicos.

Nos estudos de Becerra; Ramos f.; e Santamaria (2014, p.20) consta que em 2012 havia 111.124 professores no sistema de ensino superior – em instituições públicas e privadas – dos quais 33.084 eram de tempo completo, 12.767 de meio período e 65.273 que trabalhavam por hora (catedráticos).

Segundo os entrevistados, a universidade pública é a instituição onde há o maior número de professores de carreira, com maior estabilidade ou contratos indefinidos. O professor Hernandez assevera que nas universidades públicas o setor de carreira oscila em 20% enquanto que nas instituições privadas não alcança os 10%.

A partir das estatísticas disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informação do Ensino Superior (SNIES), entre 2003 e 2010, tabulamos o seguinte quadro:

Tabela 1 - Evolução do tipo de contrato dos professores universitários colombianos

TIPO DE CONTRATO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Catedrático</b>							33.849	40.396
<b>Sem classificar</b>	90.303	92.537	98.332	100.541	81.530	105.430		
<b>Termo fixo</b>							40.605	47.182
<b>Termo indefinido</b>							19.630	19.339
<b>Total</b>							94.084	106.917

Fonte: Site SNIES, Sistema Nacional de Informação do Ensino Superior.

Constata-se que a contratação de professores se ampliou entre os que trabalham por hora (catedráticos) ou por contrato definido (termo fixo de período letivo) de tempo completo ou por disciplina, de semestre ou ano letivo. Aqueles que possuem estabilidade (termo indefinido) e pertencem à carreira (planta), diminuíram sua participação no biênio exposto (2009 e 2010) passando de 19.630 para 19.339.

Tal tendência foi confirmada *in loco* na Universidade de Antioquia (UdeA), segunda maior instituição pública de ensino superior da Colômbia, conforme o depoimento da professora Sara Fernández:

Então, para entender, nós temos esse congelamento de aproximadamente 1260 professores de tempo completo na planta (carreira) e professores ocasionais, que são uma ambivalência, porque se supõe que não deveriam estar tanto tempo, são entre 400 ou 500 cargos educacionais por semestre. Por que variam por semestre acadêmico. [...] Neste momento a UdeA tem mais de seis mil e oitocentos contratos hora-cátedra. Que são de absoluta vulnerabilidade social e acadêmica. Hora lecionada, hora paga. (entrevista concedida).

A redução de recursos integra a estratégia defendida pelo Banco Mundial no documento **La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia** que recomendava o congelamento de investimentos no ensino superior dos países em desenvolvimento (1995, p.4).

Para Leher (2008, p.55) trata-se de uma contrarreforma universitária que não se limita à questão orçamentária e que visa por abaixo os fundamentos da centenária Reforma Universitária de Córdoba de 1918: a gratuidade, o cogoverno da comunidade universitária, a autonomia, a liberdade de pensamento e expressão, o ingresso por concurso público, acesso universal, a natureza pública das instituições.

A expansão do ensino superior colombiano tem sido parcialmente financiada pelo achatamento salarial, aumento de trabalho, perda de direitos e segurança empregatícia dos professores.

Segundo o SINIES entre 2003 e 2010 a relação alunos por professor passou de 13,46 para 20,01 nas instituições públicas e de 10,47 para 12,33 nas privadas. Enquanto a matrícula estudantil teve um acréscimo de 59,42% no ensino superior, o número de docentes cresceu 18,39% e as contratações ocorreram entre as categorias precarizadas (tanto os que trabalham por hora, os **catedráticos**, como os que são contratados por um período letivo, os **ocasionais**).

Esse quadro repercute sobre o ensino e a pesquisa. O professor John Jaime Correa, da UTP, nos inteirou que muitos estudantes reclamam que os professores catedráticos não dispõem de tempo para explicações mais detalhadas sobre os conteúdos abordados. Isso ocorre porque os professores não recebem para isso: “Em geral os estudantes se queixam e isso fez parte das lutas dos estudantes para derrubar o reitor. É que o professor de cátedra dá a aula e se vai.

Não atende o estudante.” (entrevista concedida).

A precarização do trabalho docente tem fragilizado a estrutura sindical e a capacidade desta categoria responder às investidas do governo. O professor Pedro Hernandez enfatiza outro aspecto deste quadro: o clientelismo. Os professores não são contratados por uma seleção, mas por uma indicação de políticos da região reforçando a subordinação desses professores ao apadrinhamento e impedindo-os de se organizar e lutar autonomamente devido à insegurança quanto à renovação do contrato.

Ainda sobre o financiamento da expansão do ensino superior é preciso ressaltar que há uma tendência à criação de cursos que atendam aos interesses do mercado, bem como o direcionamento das pesquisas com o estabelecimento de convênios entre instituições universitárias, como a UdeA, e setores empresariais.

Para o professor Juan de la Cruz, a necessidade de autofinanciamento por parte da instituição universitária, a partir de 1993 (ano da aprovação da legislação específica que rege o ensino superior, a Lei 30) resultou que estas criassem grupos de investigação voltados a concorrer no mercado por recursos.

Segundo a professora Sara Fernández na UdeA (Universidade de Antioquia):

Nessa época [1993], 75% da verba da universidade era pública. Hoje está autogerando 55%, 60% do orçamento. Como? Com venda de serviços. Como? Com venda de projetos. Como? Com convênios docentes. Tudo se cobra. Essa extensão solidária, gratuita, já tudo se cobra. Convênios, acordos, subcontratações nas empresas públicas. O que é um tiro no pé. Por que? Porque terceiriza trabalho. Subcontratando por muito abaixo da escala de salários para conseguir contratos e acaba competindo com os mesmos profissionais que a universidade formou. (entrevista concedida).

As universidades colombianas para autofinanciarem-se assumem um caráter cada vez mais empresarial. No Estatuto Geral da UdeA consta como um dos seus objetivos “Adelantar programas y proyectos orientados a impulsar el desarrollo de un espíritu empresarial con clara conciencia de su responsabilidad social, tanto en el sector público como el privado.” (BURITICÁ, 2014, p. 36). A participação da universidade como uma empresa no mercado resulta da aceitação, segundo Robledo (2009 apud BURITICÁ, 2014, p.39), das regras do jogo da empresa capitalista e a legitimação do afã de lucro.

A autonomia universitária é substituída pela heteronomia. Este conceito desenvolvido por Daniel Schugurensky (2002, p.109) é explicitado por Valdemar Sguissardi (2009, p.117) segundo o qual “Muitas universidades teriam perdido, nas últimas décadas, importantes porções de sua autonomia institucional e estariam sendo constrangidas a adequar grande parte de suas atividades às demandas do mercado e à agenda estatal.”.

A greve de fome protagonizada por estudantes e docentes na Universidade de Tolima, em julho de 2016, devido atrasos de pagamentos e falta de condições de operação é exemplo recente do financiamento insuficiente para a manutenção da universidade.

Uma decorrência do autofinanciamento da universidade pública é a cobrança de mensalidade. Na Colômbia os estudantes devem pagar para estudar nas instituições públicas de ensino superior. Na graduação, há casos de isenção, cobranças simbólicas e valores maiores conforme o poder aquisitivo da família. De acordo com a professora Sara Fernández, “As matrículas efetivamente são baixas, mas as matrículas não representam nem 5% do orçamento da universidade.”.

No caso da pós-graduação há uma situação distinta. O professor Alberto Verón, da UTP, relata que esse nível de ensino “Praticamente é privado. São operações comerciais. Para obter um mestrado é necessário um ponto de equilíbrio. Inicia-se uma turma com quatorze estudantes, que te permitem ter um ponto de equilíbrio.”. Neste caso, “equilíbrio” é garantir o salário do professor e demais recursos necessários ao curso. Também os professores das instituições públicas devem pagar para prosseguirem sua formação na pós-graduação.

Outra investida contra os direitos dos trabalhadores foi a reforma previdenciária. A professora Maria Elena, da Universidade de Nariño, relatou que os professores já sexagenários que não se aposentassem até dezembro de 2014, teriam reduzido para fins de benefícios, os ganhos da aposentadoria, naquela ocasião entre 85% e 95% do salário da ativa e acrescenta que “Nós, os novos, já perdemos esse índice mais elevado. Essa lei era voltada para aqueles com vinte anos de serviço e 60 anos de idade. Nós nos aposentaremos com 75% do salário.”.

Finalizamos assim com a constatação de que a universidade pública colombiana, assim como outros países latino-americanos, vem sofrendo enorme precarização das condições de trabalho, falta de financiamento e perda de autonomia o que confirma tratar-se de uma contrarreforma universitária no sentido atribuído por Leher (2008).

## BIBLIOGRAFIA

ASPU, Associação Sindical dos Professores Universitários. **¿Cómo ha impactado el paramilitarismo a la universidad colombiana?** Caderno especial. Impresiones ASPU. Bogotá, 2016. 8p.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior:** Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: 1995 (versão em espanhol). Disponível em: < <http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acessado em: 05 de mar.de 2015. 23:19.

BECERRA, Ligia Alba Melo; RAMOS F., Jorge Enrique; SANTAMARIA, Pedro Oswaldo Hernández. **La Educación Superior em Colombia: Situación Actual y Análises de Eficiencia.** Borradores de economía, num.808. Bogotá: Banco de la Colombia, 2014, 49 p.

BURITICÁ, Gonzalo Andrés Zabala. **El parque e como alianza universidad-empresa-Estado.** LECTIVA. Asociación de Profesores de la Universidad de Antioquia. Dossier: Relación Universidad-Empresa-Estado. Medellín, n.24, p. 36, dez. 2014.

CASTRO, Iván Cepeda. **Genocidio político:**

**el caso de la Unión Patriótica en Colombia.** Fundación "Manuel Cepeda Vargas", Publicado en *Revista Cetil*, Año I, No. 2, septiembre de 2006, pp. 101-112. Disponible em <<http://www.desaparecidos.org/colombia/fmcepeda/genocidio-up/cepeda.html>>. Acessado em 15 de fev.2015. 15:48.

COLOMBO, Sylvia. Agora partido, FARC apresenta plataforma para eleições na Colômbia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jan.2018. Disponible em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1953809-agora-partido-farc-apresenta-plataforma-para-eleicoes-na-colombia.shtml>.

LAROSA, Michael J; MEJÍA Germán R. **Historia concisa de Colombia (1810-2013):** Uma guia para lectores desprevénidos. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2013. 278 p.

LEHER, Roberto. **Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos.** Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. Disponible in: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/07leher.pdf>. Acesso em 06/09/2015 às 17h31m.

ROBLEDO, Jorge. **La relación Universidad-Empresa-Estado:** una reflexión desde la experiencia antioqueña. RINCÓN, Amado Antonio Guerrero (compilador). Universidad-Empresa-Estado. Cátedra Lows Maus, UIS.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI:** desafios do presente. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 341p.

SCHUGURENSKY, Daniel. **Autonomia, heteronomia y los dilemas de la educación superior em la transición AL siglo XXI: el caso de Canadá.** In: RODRIGUEZ GOMES, Roberto (Org.) Reformas em los sistemas nacionales de educación superior. La Coruña, Espanha: Netbiblo, 2002. P. 109-148.

SNIES. Sistema Nacional de Informação do Ensino Superior. **Estatísticas.** Disponible em: <<http://www.mineduacion.gov.co/sistemasdeinformacion/1735/w3-article-212400.html>>. Acessado em 17 de fev.2015. 16:16.

VALENCIA, León; OSPINA, Juan Carlos Celis. **Sindicalismo asesinado:** reveladora investigación sobre la guerra contra los sindicalistas colombianos. Cota: Random House Mondadori, 2012. 253p.